

## Iberdrola, Broseta e as fundações Adecco e Prodis colaborarão em projeto destinado a pessoas com deficiências intelectuais

- *O objetivo dessa aliança é fornecer às pessoas com deficiência intelectual, suas famílias e às entidades que as acompanham o conhecimento jurídico necessário para lidar diligentemente com seu acesso ao emprego, permitindo que tomem decisões informadas e evitem situações de abuso e/ou discriminação.*
- *A taxa de atividade das pessoas com deficiência intelectual (36,4%) é 41,4 pontos percentuais menor do que a do restante da população, e sua taxa de emprego (23,8%) é 27,3 pontos menor do que a taxa geral, de acordo com o INE.*
- *A cerimônia de assinatura contou com a presença do secretário-geral e do Conselho de Administração da Iberdrola; da sócia diretora da Broseta; da diretora-geral da Fundação Prodis; e da diretora de Estratégia, Fundraising e Desenvolvimento da Fundação Adecco.*

---

A Iberdrola lançou, por meio de seus Serviços Jurídicos e Fiscais e junto com o escritório de advocacia Broseta, um acordo de colaboração para atividades pro bono com a Fundação Adecco e a Fundação Prodis com o objetivo de reduzir os obstáculos que as pessoas com deficiências intelectuais enfrentam na hora de acessar ao mercado de trabalho.

A colaboração faz parte do projeto Construindo Juntos, um programa multidisciplinar no qual os profissionais jurídicos da empresa, em colaboração com mais de 10 escritórios de advocacia, fornecem serviços de formação e consultoria jurídica e tributária da mais alta qualidade para organizações sem fins lucrativos.

A cerimônia de assinatura, realizada nos escritórios da Iberdrola em Valência, contou com a presença de Santiago Martínez Garrido, secretário-geral e do Conselho de Administração da Iberdrola; Rosa Vidal Monferrer, sócia diretora da Broseta; Valle Oñate Dancausa, diretora-geral da Prodis; e Arancha Jiménez Ceballos, diretora de Estratégia, Fundraising e Desenvolvimento da Fundação Adecco.

De acordo com o secretário-geral da Iberdrola, graças a esse convênio, "a Broseta e os profissionais do direito da Iberdrola pretendem que o conhecimento jurídico transmitido por meio dessa aliança funcione como uma alavanca para reduzir as desigualdades e favorecer a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e o acompanhamento informado tanto de suas famílias quanto das entidades que as apoiam".

De acordo com a sócia diretora da Broseta, essa aliança "representa uma oportunidade muito interessante para o trabalho pro bono, uma prática com a qual a Broseta se sente muito comprometida, bem como a satisfação de trabalhar em conjunto com a Iberdrola, um dos clientes de referência da empresa, e com a Fundação Prodis e a Fundação Adecco, com as quais temos colaborado regularmente em várias iniciativas pro bono".

A diretora-geral da Fundação Prodis destacou a importância desse tipo de aliança, "fundamental para organizações como a Prodis, que nos permite continuar apoiando as pessoas com deficiência e suas famílias, que muitas vezes não estão informadas. Incentivar a comunicação clara, simples e confiável de

especialistas como os serviços jurídicos da Iberdrola e o escritório de advocacia Broseta é uma oportunidade imensa que, sem dúvida, facilitará o acesso de nossos usuários ao mercado de trabalho".

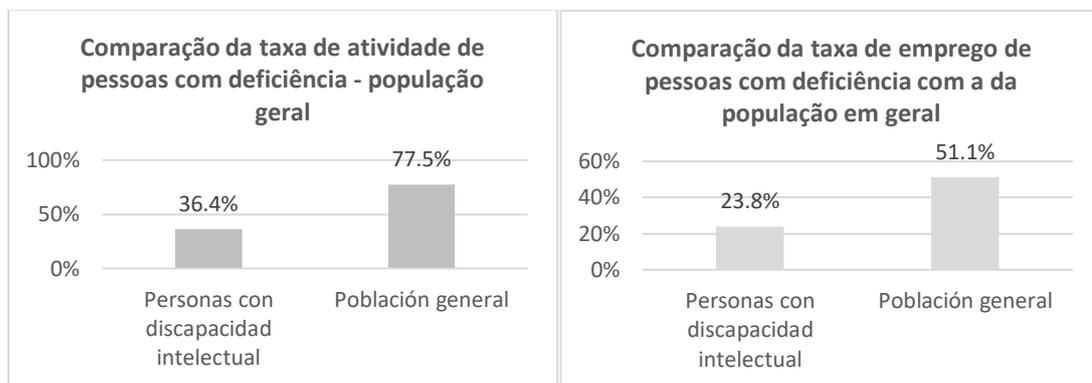
Por sua vez, a diretora de estratégia da Fundação Adecco enfatizou que está "profundamente agradecida às equipes jurídicas da Iberdrola e da Broseta, que tão generosamente colocaram seus conhecimentos a serviço das pessoas que mais precisam. Por meio dessa colaboração, vamos dar uma resposta a um dos principais obstáculos que tradicionalmente têm impedido o acesso ao emprego para pessoas com deficiência intelectual: a falta de conhecimento do marco regulatório legal, o que gera medo tanto nelas mesmas quanto em suas famílias".

"Depois de 25 anos trabalhando pela inclusão, podemos ver que quando uma pessoa com deficiência intelectual conhece e entende seus direitos trabalhistas, ela enfrenta o processo de busca de emprego com muito mais confiança, sabendo que tem os recursos necessários para enfrentar os desafios e/ou dificuldades que possam surgir. Da mesma forma, a capacitação das famílias, das organizações e, em geral, daqueles que acompanham as pessoas com deficiência intelectual, também é decisiva para apoiá-las e orientá-las, garantindo que as pessoas com deficiência possam desenvolver uma carreira profissional justa e sustentável ao longo do tempo", acrescentou a representante da Fundação Adecco.

### Um desafio de grandes dimensões

As pessoas com deficiência intelectual continuam enfrentando grandes obstáculos para encontrar um emprego, conforme mostram os últimos números oficiais. Especificamente, sua taxa de atividade ou participação no trabalho (**36,4%**) é 41,4 pontos percentuais menor do que a do restante da população – 63,6% das pessoas com deficiência intelectual em idade ativa não estão empregadas nem buscam emprego –.

Da mesma forma, a taxa de emprego é outro indicador importante dessa desigualdade: apenas 23,8% das pessoas com deficiência intelectual estão empregadas, uma porcentagem 27,3 pontos menor do que a média nacional.



Fonte: INE

### Conhecimento jurídico: a chave para a inclusão no mercado de trabalho

Por trás desses números estão as barreiras estruturais que dificultam o acesso das pessoas com deficiência ao emprego: **preconceito, superproteção, falta de experiência anterior e uma falta geral de conhecimento que impede o processo de inclusão**. Nesse sentido, a formação na área jurídica representa algo importante, não apenas para proteger e garantir os direitos das pessoas com deficiência intelectual, mas também para abrir as portas do mercado de trabalho, fornecendo a elas as ferramentas necessárias para acessar oportunidades e desenvolver carreiras profissionais sustentáveis.

Além disso, também é importante fornecer conhecimento jurídico específico às entidades e pessoas que acompanham as pessoas com deficiência intelectual em seu processo de trabalho, para que possam servir de guia e apoio nos aspectos jurídicos mais relevantes.

A aliança tem como objetivo fornecer às pessoas com deficiência intelectual, suas famílias e as entidades que as acompanham, o **conhecimento jurídico necessário para lidar diligentemente com seu acesso ao emprego, permitindo que tomem decisões informadas e evitem situações de abuso e/ou discriminação.**